



DECRETO N.º 2.003/2017

DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

**APROVA O LOTEAMENTO RESIDENCIAL
DENOMINADO "BELA VISTA" E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
COQUEIRAL, ESTADO DE MINAS
GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES
QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E,**

CONSIDERANDO que o loteador Sr. Justo Pereira Neves, portador do CPF 202.477.026-68, firmou Declaração na data de 23/10/2017, referente ao Termo de Garantia para execução das obras no loteamento, de todos os melhoramentos urbanos previstos na Lei Federal e suas modificações subsequentes, no prazo previsto no mesmo diploma legal, datado de 22/10/2019, perante a Prefeitura Municipal e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovado o loteamento residencial denominado "**Bela Vista**", neste Município em área de propriedade do Sr. Justo Pereira Neves, brasileiro, viúvo, aposentado, portador do CPF n.º 202.477.026-68, RG n.º M-2.896.379 SSP-MG, residente e domiciliado na Av. Flemming Larsen, n.º 1070, Bairro Bela Vista, Coqueiral-MG, que executará as obras de conformidade com as plantas, projetos e memoriais descritivos constantes do Processo Administrativo, conforme metragens e percentuais abaixo confirmadas:

- a) **Total de lotes:** 59 lotes;
 - b) **Total de quadras:** Q-01: 2.707,81m²,
Q-02: 5.007,94m²,
Q-03: 3.934.48m²,
Q-04: 1.695,82m²;
 - c) **Área verde:** 14.892,65m²;
 - d) **Área institucional:** 1.619,00m²;
 - e) **Área de ruas:** 4.042,30m²;
- Total da área loteada:** 33.900,00m²."



Art. 2.º A aprovação do loteamento exclusivamente RESIDENCIAL denominado "Bela Vista" considerará em vigor depois que o loteador e proprietário atender integralmente às seguintes exigências:

I – inscrição ou registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis de Boa Esperança, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e na forma da Legislação Federal em vigor, obra conforme registro n.º R1-36.435 – Liv. 2 de 17/11/2016;

II – execução, em todas as vias e logradouros públicos do loteamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do registro do loteamento, e todos os melhoramentos disposto na Lei Federal n.º 6.776/79 e descritos no termo de garantia para execução de obra.

§ 1.º Os melhoramentos públicos a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo deverão ser executados de conformidade com os projetos e cronograma aprovados e que integram o projeto do loteamento, constante do Processo Administrativo.

§ 2.º O prazo para execução dos melhoramentos públicos previstos no inciso II deste artigo contar-se-á a partir da data do registro do loteamento.

§ 3.º O loteador fica obrigado a cumprir rigorosamente o cronograma de obras de infraestrutura constante do processo supramencionado, sob pena de se sujeitar às sanções cabíveis.

§ 4.º O loteador deverá inserir no contrato padrão a que se refere o inciso VI do artigo 18, da Lei Federal 6.766/79, a vedação expressa de transferência para os compromissários compradores do custo dos melhoramentos urbanos previstos neste artigo.

§ 5.º Após o cumprimento de todas as exigências de que trata este artigo será expedido, pelo Prefeito Municipal, o competente Termo de Recebimento do Loteamento.

Art. 3.º Na falta de cumprimento da exigência prevista no inciso I do "caput" do artigo 2.º deste Decreto será revogada a aprovação do loteamento.

Art. 4.º O loteamento tem um caráter exclusivamente residencial, localizando-se em Zona Residencial – ZR, tendo como categoria de uso permitido exclusivamente residencial.

Art. 5.º As edificações deverão obedecer aos recuos previstos na legislação municipal.

Art. 6.º Será proibido o desmembramento ou desdobro de lotes no Loteamento "Bela Vista".



PREFEITURA MUNICIPAL COQUEIRAL MG

Amor por nossa gente!

Rua Minas Gerais, 62 - Vila Sônia - CEP: 37235-000
Telefones: 35 3855-1162 | 35 3855-1166
E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br
CNPJ: 18.239.624/0001-21

Administração 2017 | 2020

Art. 7.º O loteamento terá características de “loteamento aberto” em consequência da assinatura, nesta data, de contrato de concessão administrativa de uso das vias públicas e da área institucional do loteamento entre o loteador e a Prefeitura Municipal.

Art. 8.º O loteador e a entidade civil que vier a sucedê-lo na manutenção das vias públicas e da área institucional do loteamento, não poderão alterar a destinação, fim e objetivos estabelecidos para o uso comum das áreas públicas.

Art. 9.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coqueiral, 14 de novembro de 2017.

ROSSANO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal